

Socioambiental

Projeto-Piloto Corumbá/MS foi um dos temas debatidos em eventos sobre meio ambiente na 3ª Região

Silvana de Freitas

O trabalho pioneiro realizado em Corumbá/MS de articulação para controle e redução de danos ambientais provocados por incêndios, a partir de mapeamento de focos de queimadas por satélite e identificação dos principais responsáveis, foi um dos projetos avaliados ao longo do mês de junho, nos eventos realizados no âmbito da 3ª Região para celebrar o meio ambiente e a responsabilidade socioambiental.

Os cursos de capacitação, palestras e oficinas foram organizados pela Comissão Permanente de Gestão Socioambiental da 3ª Região em parceria com o Centro de Estudos da Ajufesp (Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul); a Escola dos Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (EMAG); a Escola de Servidores da Justiça Federal de São Paulo (NUES); os Laboratórios de Inovação iLabTRF3 e iJuspLab; o Centro de Inteligência da Justiça Federal de São Paulo; a Secretaria de Gestão de Pessoas do TRF3 e o Núcleo de Gestão de Pessoas no Mato Grosso do Sul.

Em 24/6, a ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça e ex-procuradora geral de Justiça do Paraná Maria Tereza Uille fez a palestra de encerramento do curso “Meio Ambiente, Poder Judiciário e Agenda 2030”, em que apresentou os resultados colhidos no último ano no Projeto-Piloto Corumbá/MS, objeto de estudo de seu pós-doutorado.

Uille disse que Corumbá tem grande área de florestas. Dos 15 milhões de área florestal dos 150 municípios que compõem o Caminho de Peabiru, rota indígena milenar que percorre os estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, 6 milhões são desse município. Ao mes-



mo tempo, também é recordista em número de incêndios.

No último ano, a ex-conselheira do CNJ monitorou o município de Corumbá, recebendo notificações diárias sobre os pontos de incêndio, detectados por satélite. Ela explicou que já é possível identificar as 30 principais propriedades rurais onde começam as queimadas, a partir do Cadastro Ambiental Rural (CAR). O próximo passo, necessário e urgente, é cruzar o CAR com o Registro de Imóveis para identificar o nome do responsável e, em seguida, verificar a existência de inquéritos policiais e acordos de não persecução penal.

O Projeto-Piloto Corumbá/MS baseou-se na plataforma Sirenejud, do CNJ, que traz dados sobre desmatamento, degradação e incêndios no Pantanal e o seu cruzamento com os dados de florestas e terras indígenas.

O projeto envolve a identificação das áreas de proteção ambiental e dos processos judiciais ambientais para elaboração de um painel de dados; o desenvolvimento de estratégias para a aplicação dos Acordos de Não Persecução Penal; e a articulação na Plataforma Ambiental e Indígena para a prevenção e combate aos incêndios.

O trabalho une planejamento, pesquisa de dados, tecnologia e articulação entre vários órgãos com a finalidade de viabilizar providências efetivas para frear a degradação ambiental e o aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera.

